

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto") apresenta-lhes, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2014 o GRU Airport seguiu com a estratégia de garantir o cumprimento do Plano de Gestão de Infraestrutura, conforme contrato de concessão, com o objetivo de ampliar a capacidade do aeroporto para atender a demanda de forma compatível com níveis de serviço e segurança adequados. O evento Copa do Mundo da Fifa abriu as portas do Brasil para o mundo e foi o balizador da entrega mais importante do GRU Airport no ano de 2014, o Terminal de Passageiros 3 (TPS 3). Com 192 mil m<sup>2</sup>, área maior que as dos Terminais 1, 2 e 4 somadas, o TPS 3 possui capacidade inicial para 12 milhões de passageiros por ano, dedicado para voos internacionais, além de uma infraestrutura que dispõe de: terminal de ônibus, esteiras de locomoção entre os terminais, área de varejo com lojas de grifes nacionais e internacionais e restaurantes.

Outro fato importante no ano de 2014 foi o registro de GRU Airport como Companhia de capital aberto na CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Esse importante acesso ao mercado de capitais permitiu a listagem da 2ª emissão de debêntures da Companhia no segmento de renda fixa da BM&FBovespa. No ano de 2014 houve um crescimento de 42,1% nas receitas não tarifárias em relação ao realizado em 2013, estas receitas não tarifárias representaram mais que 51% da Receita Bruta, parte deste crescimento é reflexo do aumento em 2014 de 9,9% no volume de passageiros em relação a 2013. O GRU Airport é hoje a principal porta de entrada de passageiros e de cargas do Brasil e da América Latina, segundo a *ACI - Airports Council International* e a *CAPA - Centre for Aviation*, respectivamente.

Para 2015 a Companhia continuará realizando investimentos para garantir o cumprimento do Contrato de Concessão, sempre buscando o melhor atendimento aos usuários do aeroporto. Dentre os projetos destaca-se o projeto de modernização (retrofit) dos Terminais 1 e 2. O projeto tem o objetivo de ampliar a eficiência operacional, melhorar o conforto ao usuário, além de adequar a *mix* comercial, com mais opções de lojas de varejo e alimentação. Além disso estão previstos as obras de melhoria das pistas e pátios, assim como a construção do segundo edifício garagem, com capacidade para cerca de 2.500 vagas.

A solidez, a capacidade de visão de longo prazo e o compromisso com a geração sustentável de valor presentes na filosofia deste novo negócio, garantem as melhores condições e esforços para que a GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

### NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS 3 (TPS 3)

O novo Terminal de Passageiros, o TPS 3, entrou em operação no dia 11 de maio de 2014, com capacidade inicial para receber 12 milhões de pessoas por ano. Voltado para voos internacionais, o TPS 3 tem uma área de 192 mil m<sup>2</sup> e conta com tecnologias e equipamentos comparáveis aos dos melhores aeroportos do mundo.

O TPS 3 representa uma mudança de paradigma na infraestrutura aeroportuária do país. Inspirado na estrutura dos aeroportos mais modernos da Ásia e da Europa, o projeto está dividido em dois blocos de edifícios, com cinco níveis. O primeiro é reservado à recepção e processamento de passageiros, onde estão as áreas de *check-in*, *raios-X*, controle de passaporte, alfândega e restituição de bagagem, enquanto o segundo é um pier de acesso às aeronaves, com 20 pontes de embarque. Os dois pátios que atendem ao TPS 3 têm capacidade para 34 aeronaves.

O projeto arquitetônico do TPS 3 conta com diversas soluções sustentáveis. A arquitetura prioriza a iluminação natural por meio das paredes envidraçadas, sem o uso das esquadrias. A estrutura permite melhor economia de energia e ampla visão da área externa do pátio de aeronaves, além de valorizar os espaços internos, proporcionando maior sensação de conforto ao usuário. Além disso, a cobertura do TPS 3 foi projetada para captar as águas da chuva, que, junto com as "águas cinzas" de uso leve nos sanitários (lavagem), são direcionadas a um sistema de tratamento químico. A partir daí, a água é reutilizada nas descargas de bacias e outros usos que não têm contato humano direto. O emprego das águas cinzas e não potáveis proporciona uma economia que impacta não somente no custo de operação, mas principalmente na preservação dos recursos hídricos demandados pelo aeroporto.

Ao todo, são 128 balcões de *check-in*, sendo 26 para voos com conexão. A área de restituição de bagagem conta com sete grandes carrosséis com esteiras inclinadas, distribuídos num amplo salão. As tecnologias instaladas também agilizam o fluxo de passageiros. Os totems de autoatendimento para *check-in*, por exemplo, permitem imprimir o bilhete de embarque. Outra novidade é o controle de acesso à área restrita, que é feito por meio de portões eletrônicos com leitura ótica do bilhete de embarque. Em 2015, entrarão em operação os portões eletrônicos de controle automatizado de passaporte brasileiro. Também conhecidos como *e-gates*, os portões eletrônicos agilizam consideravelmente o processo de inspeção de passaporte realizado pela Polícia Federal (PF), reduzindo o procedimento de três minutos, em média, para apenas 30 segundos.

A estrutura do TPS 3 conta com um espaço maior na área restrita após a inspeção de *raios-X*, onde está a maioria das lojas. São estabelecimentos comerciais, entre lojas, bares, lanchonetes, restaurantes, livrarias e serviços gerais, com opções para os diferentes perfis de público. No *lounge*, piso mais alto do novo terminal, estão as Salas VIPs, incluindo a da Star Alliance, a da TAM e as do próprio aeroporto - a *GRU First Lounge* e a *GRU Executive Lounge*, que podem ser utilizadas por passageiros de qualquer companhia aérea.

### NOVA FERRAMENTA DE GESTÃO DE T.I.

CMS (Cargo Management System): Irá modernizar a gestão das docas de cargas, de equipamentos, de todo o processo de logística e armazenagem. O novo sistema permitirá: (i) Planejamento integrado da operação, revertendo em ganho significativo de desempenho; (ii) Agendamento Web de entregas e retiradas de cargas nos processos de Importação, Exportação e Carga Nacional; (iii) Integração com os sistemas das Companhias Aéreas e demais órgãos anuentes; (iv) Possibilidade de expansão do negócio com a oferta de novos serviços. Foi concluída em 2014, a Fase I do projeto de implantação do CMS, onde os processos de exportação são tratados no novo sistema.

SAP: Implantação e operacionalização a partir de 2015 da solução Tecnológica SAP, dezessete dos vinte maiores aeroportos do mundo já utilizam essa tecnologia. A iniciativa vai integrar as atividades de trabalho em uma mesma plataforma, mais eficiente. O projeto tem o objetivo de estabelecer a integração dos processos das áreas Financeira, Controladoria, Suprimentos e Manutenção. Assim vamos agilizar o acesso a informações gerenciais e operacionais melhorando o controle e facilitando a tomada de decisão.

Os principais benefícios do SAP são: (i) Flexibilidade para suportar as necessidades de crescimento visando a excelência operacional; (ii) Alinhamento com as melhores práticas mundiais preparando-nos para um ambiente de negócio de maior competitividade; (iii) Modernização dos sistemas que suportam a operação da empresa com a formação de alianças e parcerias estratégicas; (iv) Aumento na precisão de processamento das informações, com melhor controle das operações; (v) Melhoria na captação dos dados, rastreabilidade, transformação do conhecimento e produção da informação; (vi) Melhoria da relação com os investidores e acionistas com a harmonização de processos.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA

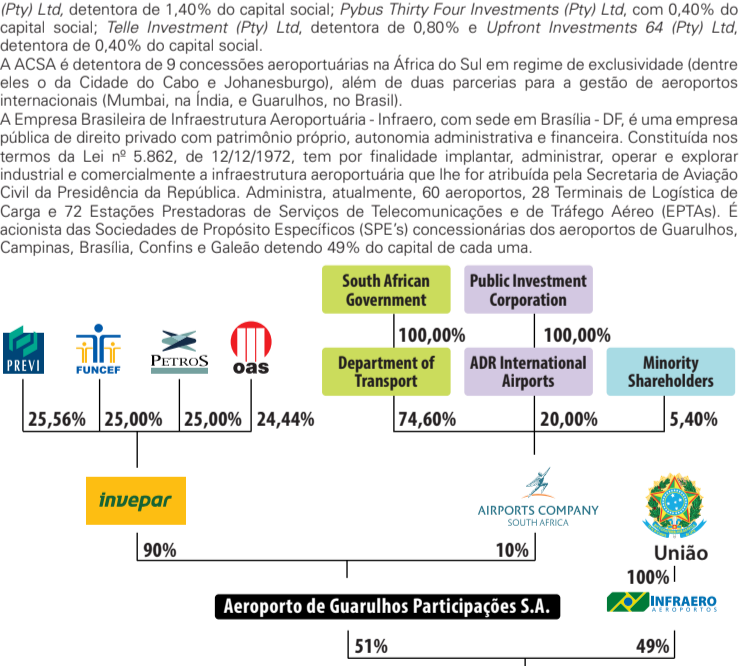
A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a Invepar com 90% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 10%.

A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil. O seu portfólio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação, sendo que a concessão da rodovia Via 040 teve seu contrato assinado em 12 de março de 2014. Em 2014, a Invepar, por meio de suas concessões administrava 1.975 quilômetros de rodovias, através das seguintes empresas: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), Concessionária BR-040 S.A. ("Via 040") e Linha Amarela S.A.C. ("LAMASAC" ou "Concessionária LAMSAC"), em Lima, no Peru, a primeira concessão internacional do grupo. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. a companhia administra, também, a Metrobarra S.A., que vai prover material rodante e sistemas para a operação da Linha 4 do Metrô do Estado do Rio de Janeiro, além de deter o direito de aquisição das ações da Concessionária Rio Barra S.A., atual concessionária da Linha 4. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

A ACSA "*Airports Company South Africa*", fundada em 1993, tem como acionistas SA Government - National Department of Transport, detentora de 74,60% do capital social; ADR International Airports SA (Pty) Ltd, com 20,00% do capital social; Staff Share Incentive Schemes, detentora de 1,19% do capital social; G 10 Investments (Pty) Ltd, com 1,21% do capital social; African Harvest Strategic Investments (Pty) Ltd, detentora de 1,40% do capital social; Pybus Thirty Four Investments (Pty) Ltd, com 0,40% do capital social; Telle Investment (Pty) Ltd, detentora de 0,80% e Upfront Investments 64 (Pty) Ltd, detentora de 0,40% do capital social.

A ACSA é detentora de 9 concessões aeroportuárias na África do Sul em regime de exclusividade (dentre elas o da Cidade do Cabo e Johannesburg), além de duas parcerias para a gestão de aeroportos internacionais (Mumbai, na Índia, e Guarulhos, no Brasil).

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, com sede em Brasília - DF, é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretária de Aviação Civil da Presidência da República. Administra, atualmente, 60 aeroportos, 28 Terminais de Logística de Carga e 72 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). É acionista das Sociedades de Propósito Específicos (SPE's) concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão detendo 49% do capital de cada uma.



### GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

### ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo os dados estatísticos da ANAC, em 2014 houve um crescimento do mercado de brasileiro de transporte aéreo doméstico e internacional de 5,8% e 4,9%, respectivamente, quando comparado com os números de 2013. O recente ciclo de investimento no setor, entre 2011 e 2014, apenas nos aeroportos que atendem capitais, ultrapassa o montante de R\$13 bilhões (fonte: ANAC) já aplicados no desenvolvimento da infraestrutura. Como resultado a expansão em áreas de terminais foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de m<sup>2</sup>. Os investimentos refletem ainda o aumento de disponibilidade de pátios, vagas de estacionamento e criação de novos serviços para melhoria do atendimento ao passageiro e elevação da qualidade associada.

Em linhas gerais, a capacidade anual de processamento de passageiros saltou mais de 37% nesse período, atingindo 295 milhões. Especificamente, nos aeroportos concedidos, o aumento da capacidade de movimentação nominal, em dezembro de 2014, atingiu 76% de crescimento. Esses números são essenciais para suportar o cenário de expansão no setor<sup>1</sup>.

A International Air Transport Association (IATA) divulgou uma previsão de tráfego mostrando que as companhias aéreas esperam acolher cerca de 3,6 bilhões de passageiros para 2016. Já o volume de carga internacional crescerá 3% ao ano no total de 34,5 milhões de toneladas para 2016<sup>2</sup>.

Já no longo prazo, de acordo com a *Global Market Forecast (GMF)*, as companhias aéreas da América Latina terão uma demanda de 2.120 novas aeronaves, de 2012 até 2031, em um valor estimado de US\$ 242 bilhões. Em termos mundiais, até 2031, haverá a necessidade de cerca de 28.200 novas aeronaves, no valor de US\$ 4 trilhões, para atender a demanda projetada do mercado.

### PERFIL DO TERMO

O GRU Airport é hoje um aeroporto referência na América Latina e um dos principais aeroportos do mundo. Com características de ser ponto de partida e chegada (origem e destino), visto que está localizado no maior centro de negócios do país, trata-se também de importante "hub" que conecta os diversos estados brasileiros e países da América Latina.

Possui como principal característica ser uma das principais portas de entrada de mercadorias por via aérea no Brasil e possui vantagem em relação aos competidores diretos devido a sua ampla conectividade e a localização geográfica privilegiada.

Em termos de receita, o GRU Airport está dividido em dois grandes grupos: Receitas Tarifárias e Receitas Não Tarifárias.

As Receitas Tarifárias são as tarifas cobradas dos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão), aeronaves (taxas de pouso e permanência) e ao Terminal de Cargas (armazenagem e capatazia).

As Receitas Não Tarifárias são as receitas advindas da celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, estacionamentos e publicidade.

### OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

O exercício de 2014 representou para GRU Airport um crescimento expressivo em termos operacionais. Com a entrega do TPS 3, novas companhias aéreas e novos destinos passaram a ser operados no aeroporto e novas frequências em rotas já existentes também foram criadas.

Com isso, o GRU Airport recebeu 9,9% a mais de passageiros no ano de 2014 quando comparado com 2013 (39,5 milhões de passageiros em 2014 frente a 36 milhões registrados em 2013). Houve também um acréscimo de 7,2% nas movimentações de aeronaves na comparação dos anos de 2014 com 2013. Além disso, o aumento de área útil proporcionou um crescimento de 69,4% no número de estabelecimentos comerciais no complexo aeroportuário.

A seguir, os principais dados operacionais:

### PRINCIPAIS INDICADORES

	2014	2013	Variação <sup>1</sup>
<b>Nº Total de Passageiros incluindo conexões (Milhares)</b>	39,5	36,0	+9,9%
<b>MTA Total (Mil)</b>	304,6	284,2	+7,2%
<b>Volume de Cargas (Mil tons)<sup>1</sup></b>	339,8	343,8	-1,2%
<b>Companhias Aéreas<sup>2</sup></b>	51	52	-1,9%
<b>Vagas de Estacionamento<sup>3</sup></b>	8.345	8.005	+4,2%
<b>Estabelecimentos Comerciais<sup>4</sup></b>	244	144	+69,4%

<sup>1</sup> Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas GRU Airport (TECA);

<sup>2</sup> Posição estatística de dezembro de cada ano, considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares;

<sup>3</sup> Incluindo vagas para motocicletas;

<sup>4</sup> Não considerados bancos, ATMs, *Vending Machines*, *Secure Bags* e Casas de Câmbio.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Em linha com o crescimento observado nos dados operacionais, a Receita Líquida Ajustada (não considera os impactos do IFRS, basicamente a receita de construção) de R\$ 1.576,3 milhões apurada em 2014, foi 25% maior que os R\$ 1.261,4 milhões apurados em 2013.

Em relação aos custos e despesas, o crescimento operacional e a entrada em operação do TPS 3 a partir de maio de 2014 demandaram maiores gastos para a condução e manutenção do complexo aeroportuário, os quais foram minimizados por ganhos na eficiência operacional, desta forma, houve um incremento de 13,1% nos custos e despesas na comparação de 2014 com 2013.

O EBITDA Ajustado, na comparação dos períodos, apresentou crescimento de 37%, mesmo com o acréscimo apresentado nas linhas de custos e despesas.

Abaixo o detalhamento das principais linhas do Desempenho Econômico Financeiro do GRU Airport:

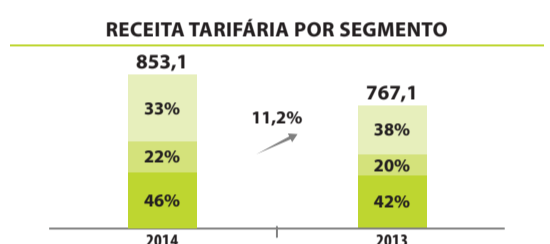
### RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	2014	2013	▲
Receitas Tarifárias	853,1	767,1	11,2%
Receitas Não Tarifárias	910,7	640,7	42,1%
<b>Receita Bruta Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>1.763,8</b>	<b>1.407,8</b>	<b>25,3%</b>
Deduções da Receita Bruta	(187,5)	(146,5)	28,0%
<b>Receita Líquida Ajustada</b>	<b>1.576,3</b>	<b>1.261,4</b>	<b>25,0%</b>

<sup>1</sup>Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção

### Receitas Tarifárias

A receita bruta tarifária atingiu R\$ 853,1 milhões em 2014, 11,2% maior que os R\$ 767,1 milhões do ano de 2013.



### Receitas Não Tarifárias

A receita bruta não tarifária atingiu R\$ 910,7 milhões em 2014. Esse valor é 42,1% maior que os R\$ 640,7 milhões de 2013. Esse aumento baseia-se em diversas ações implementadas com impacto imediato no aumento destas receitas, tais como: (i) inauguração de 100 novas lojas nos terminais 1, 2, 3 e 4; (ii) inauguração da área de comércio de *duty free* no TPS 3; e (iii) consolidação das operações do novo edifício garagem com a inauguração do TPS 3.

As Receitas Não Tarifárias de 2014 atingiram 51,6% da Receita Bruta Total contra 45,5% no ano de 2013.

### RECEITA NÃO TARIFÁRIA POR SEGMENTO - 2013



### RECEITA NÃO TARIFÁRIA POR SEGMENTO - 2014



### CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	2014	2013	▲
Pessoal	(214,0)	(188,7)	13,4%
Conservação & Manutenção	(106,1)	(92,4)	14,9%
Operacionais	(148,6)	(137,1)	8,4%
Despesas Administrativas	(61,5)	(68,5)	-10,2%
Outorga Variável	(185,1)	(145,9)	26,8%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(715,3)</b>	<b>(632,6)</b>	<b>13,1%</b>

<sup>1</sup>Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção.

Em 2014, os Custos e Despesas Operacionais ajustados totalizaram R\$ 715,2 milhões, um crescimento de 13,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Pessoal:** O crescimento de 13,4% deve-se principalmente ao: (i) incremento do quadro em função da operação do TPS 3; (ii) dissídio dos funcionários.

**Conservação e Manutenção:** Grande parte da variação de 14,9% refere-se basicamente ao aumento do escopo contratual das equipes de limpeza alocadas no TPS 3 assim como o aumento do escopo de contrato nos terminais 1 e 2.

**Operacionais:** O crescimento de 8,4% deve-se principalmente aos gastos operacionais do aeroporto com a entrada em operação do TPS 3, além do aumento das despesas com serviços de inspeção de Raio-X.

**Despesas Administrativas:** A redução de 10,2% reflete a redução da contratação de consultorias que foram utilizadas em 2013 para a implantação e estabilização da operação, além da revisão dos procedimentos e processos.

**Outorga Variável:** O crescimento de 26,8% dessa linha de despesa em relação ao ano de 2013 ocorreu basicamente pelo aumento da receita bruta ajustada, visto que o valor da outorga variável é calculado em função da receita.

### EBITDA & MARGEM EBITDA

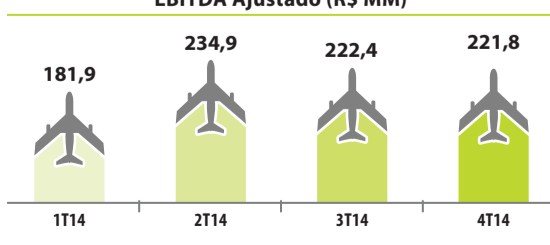
R\$ MM	2014	2013	▲
Receita Líquida Ajustada	1.576,3	1.261,4	25,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados	(715,3)	(632,6)	13,1%
EBITDA Ajustado	861,0	628,6	37,0%
Margem EBITDA (%) Ajustada	54,6%	49,8%	4,8 pontos percentuais

Instrução CVM nº 527/12;

Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção.

Com os esforços da gestão para a redução dos custos operacionais durante o exercício e com a implementação das estratégias para o aumento das receitas, principalmente com a inauguração do TPS 3, observa-se a evolução do EBITDA ajustado durante o ano de 2014.

### EBITDA Ajustado (R\$ MM)



### DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ MM	2014	2013	▲
Depreciação & Amortização	(585,5)	(430,9)	35,9%

A depreciação e amortização de R\$ 585,5 milhões em 2014 foi 35,9% maior que o valor de R\$ 430,9 milhões apresentados em 2013. Esse aumento deve-se basicamente à entrega do TPS 3 em maio de 2014 e consequente início da amortização desses investimentos.

### RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	2014	2013	▲
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(611,0)</b>	<b>(55,4)</b>	<b>1003,0%</b>
Receitas Financeiras	54,2	9,2	487,5%
Despesas Financeiras	(665,2)	(64,6)	929,4%

O resultado financeiro de 2014 foi uma despesa de R\$ 611,0 milhões, 1.003% maior que a despesa apurada em 2013. Essa variação ocorreu em função do crescimento do endividamento com o empréstimo de longo prazo tomado junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, juros incorridos sobre as duas emissões de debêntures e também pela atualização do valor da obrigação da Companhia com a Outorga Fixa com o Poder Concedente. A atualização da Outorga Fixa representou 71% das despesas financeiras, o restante está relacionado aos juros sobre os empréstimos.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

R\$ MM	2014	2013	▲
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99,5)	(65,8)	51,3%

A apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social em 2014 foi de R\$ 99,5 milhões contra os R\$ 65,8 milhões de 2013.

### MARGEM DE CONSTRUÇÃO

R\$ MM	2014	2013	▲
<b>Margem de Construção</b>	<b>38,8</b>	<b>50,5</b>	<b>-23,1%</b>
Receita de Construção	1.381,2	1.796,7	-23,1%
Custo de Construção	(1.342,4)	(1.746,2)	-23,1%

Em atendimento às práticas internacionais de contabilidade (IFRS) e, especificamente, em relação à Orientação OCP 05 - Contratos de Concessão, em seu item 43, a Companhia deve reconhecer os custos de construção e a receita de construção para apuração da margem de lucro. Essa margem, no caso de GRU Airport deve ser suficiente para cobrir a responsabilidade primária do aeroporto e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento das obras.

No ano de 2014 a margem de construção foi de R\$ 38,8 milhões e em 2013 esse valor foi de R\$ 50,5 milhões. Vale destacar que esse valor é uma transação não caixa e é excluída para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado.

### LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

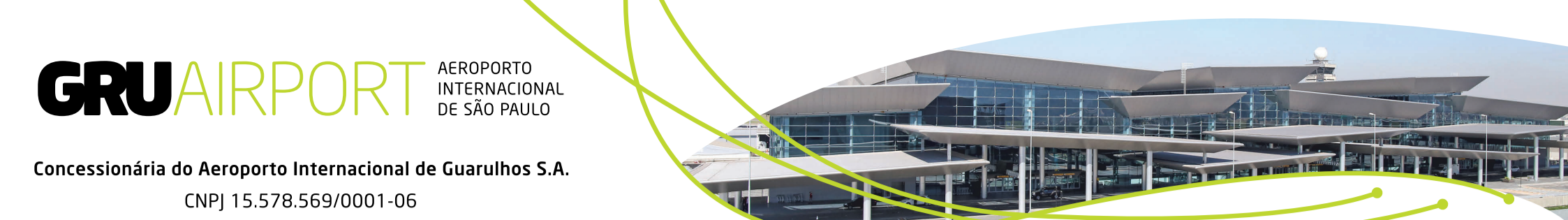
Em 2014, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 396,3 milhões, representando uma redução de R\$ 523,5 milhões em relação a 2013 (Lucro Líquido de R\$ 127,2 milhões).

É importante destacar que o prejuízo apresentado pela Companhia no ano de 2014 decorre do reconhecimento de uma parcela maior de despesas financeiras da atualização da Outorga Fixa a pagar para o Poder Concedente. Essa atualização segue normas contábeis vigentes e trata-se da evolução da contabilização da variação monetária da Outorga Fixa, que, conforme os investimentos (capex) vão sendo realizados, essa atualização deixa de ser capitalizada no Ativo Intangível e passa a ser reconhecida nas despesas financeiras.

Outro ponto importante que impacta o resultado líquido é o aumento das despesas de amortização. Esse aumento ocorreu basicamente em função da entrega do TPS 3 em maio de 2014, conforme já explicado nesse documento.

Estes dois pontos somados representam um impacto de mais de R\$ 1 bilhão no resultado líquido da Companhia.

Por fim, os resultados operacionais do GRU Airport demonstram um crescimento vigoroso em relação ao ano de 2013. O crescimento do EBITDA Ajustado foi de 37% como pudemos ver nos comentários acima e a margem EBITDA saltou 4,8 pontos percentuais, o que demonstra que, além de crescer em relação ao ano anterior, foi também mais eficiente.



# GRUPARPOR AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

## Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

\* continuação

Balanco Patrimonial			
Levantado em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	232.110	622.854
Contas a receber	6	208.618	150.153
Estoques		16.042	15.842
Impostos a recuperar	7a	19.015	47.453
Partes relacionadas			17.930
Despesas antecipadas		5.258	5.469
Outros ativos		4.499	4.711
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>485.542</b>	<b>864.402</b>
<b>Não Circulante</b>			
Aplicações financeiras	5	45.745	-
Impostos a recuperar	7a	117.683	6.332
Partes relacionadas	8	17.713	-
Depósitos judiciais	16d	417	149
Imobilizado	9	18.044	11.301
Intangível	10	15.799.553	14.581.143
Total do ativo não circulante		15.999.155	14.598.925
<b>Total do Ativo</b>		<b>16.484.697</b>	<b>15.463.327</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial			
Levantado em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	72.218	176.398
Empréstimos e financiamentos	12	8.071	1.568
Debêntures	13	43.929	-
Impostos a recolher	7d	10.995	22.530
Obrigações com empregados e administradores	14	30.722	26.509
Cessão de serviço público	15	1.178.361	1.164.599
Dividendos a pagar	8	18	27.464
Partes relacionadas			17.721
Receita diferida	17	5.000	5.000
Outros		52.484	47.891
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.423.996</b>	<b>1.489.672</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	2.472.382	1.833.000
Debêntures	13	591.338	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	7b	159.378	59.876
Concessão de serviço público	15	10.861.467	10.733.712
Provisão para riscos	16	2.906	-
Receita diferida	17	38.333	43.333
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>14.125.804</b>	<b>12.669.921</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	18a	1.215.559	1.215.559
Reserva de lucros	18b,c	-	88.175
Prejuízos acumulados		(280.662)	-
Total do patrimônio líquido		934.897	1.303.734
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>16.484.697</b>	<b>15.463.327</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		353.332	-	-	(11.569)	341.763
Aumento de capital	18a	862.227	-	-	-	862.227
Lucro líquido do exercício		-	-	-	127.208	127.208
Distribuição do lucro		-	-	-	-	-
Constituição de reservas		-	5.782	82.393	(88.175)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(27.464)	(27.464)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		18a	1.215.559	5.782	82.393	1.303.734
Reversão de dividendos propostos	18a	-	-	-	-	27.464
Prejuízo do exercício		-	-	-	(396.301)	(396.301)
Absorção do prejuízo		-	(5.782)	(109.857)	115.639	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		18a	1.215.559	-	(280.662)	934.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras		
Do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)		

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR ("Grupar"), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAEIRO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade anônima e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Guarulhos, São Paulo, Em 24 de outubro de 2014, a Concessionária obteve registro na Comissão de Valores Mobiliários como Companhia de capital aberto categoria "B". O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota Explicativa nº 15. Pelos próximos 18 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Frente às obrigações da Concessionária, o capital circulante líquido pode permanecer negativo por alguns períodos do ano, principalmente pelo reconhecimento da parcela anual da Outorga Fixa a pagar que tem natureza de curto prazo. Esse comportamento do capital circulante líquido é característico do negócio e tende a encontrar o equilíbrio em função da realização de seus resultados operacionais nos meses que seguem após o pagamento da obrigação de curto prazo, além do alcance da maturidade do recurso financeiro. Além da melhoria prevista para o capital circulante líquido, os acionistas controladores tem o compromisso de aporte de capital descrito no Acordo de Acionistas para fazer frente à parcela de curto prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária apresenta capital circulante líquido negativo de R\$938.454 (R\$625.270 em 31 de dezembro de 2013).

### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a entidade considera a melhor utilização do ativo ou passivo no caso de um participante do mercado que possua características em consideração na especificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2, ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 25.2.3 Apresentação das demonstrações financeiras em 26 de março de 2015. 2.4. Reconhecimento de receitas: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, embarques, instalações geradas das caixas disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante em circulação, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Receita de construção: A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o planejamento e a administração das obras. 2.5. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas na taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional. 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. 2.7. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. 2.8. Estoques: Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. 2.9. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. São registrados como parte dos custos das mobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.10. Intangível: Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.19. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de comercialização são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1): A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB: O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes: Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2014, exceto quanto à alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de junho de 2014: IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - esclarece que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. IFRS 2 - Instrumentos financeiros emitidos com base em ações - esclarece as condições para a apresentação de um instrumento financeiro pelo líquido de suas posições. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento. IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2014: IAS 19 - Benefícios a empregados (alteração) - esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido. As alterações aplicam-se para contribuições que independem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Por exemplo, contribuições que são calculadas de acordo com uma percentagem fixa do salário do empregado. Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2015: IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de representação das informações comparativas para a IFRS 9. Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2016: IFRS 14 (novo pronunciamento) - clarifica a comparabilidade dos relatórios financeiros de empresas que atuam em mercados regulados. IAS 16 (alteração) - esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Aplicável em exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017: IFRS 15 (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo Comitê de Contabilidade e decorrerá do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB. Os procedimentos de alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou excluídas de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: Perda por redução ao valor recuperável de ativo à data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são afetados pelo seu valor presente em função do custo de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos financeiros contratuais. 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: Perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem receitas de ativos não gerenciados pelo grupo. Os ativos financeiros são classificados como investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferentes entre os jurisdicções reais e as premissas adotadas ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, em base de custo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as mudanças nas circunstâncias, tais como: contas a receber, créditos com partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no momento da divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um instrumento mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são





### Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

—\* continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

31/12/2014
Provisão para riscos
Trabalhistas (a)
Administrativos (b)
Cíveis (c)
Total

a) Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis. a) **Riscos trabalhistas:** A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização). b) **Riscos administrativos:** Autuações oriundas de autoridades administrativas fiscalizadoras das atividades de infraestrutura aeroportuária, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo e são referentes a erros de balanço de pesagem de *check in*, essas autuações foram lavradas pelo IPEM/SP (INMETRO). c) **Riscos cíveis:** A Concessionária é parte em diversos processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, em sua maioria, motivados por furto ou extravio de bagagem. d) **Depósitos recursais e judiciais:** Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária possuía R\$417 em depósitos recursais e judiciais (R\$149 em 31 de dezembro de 2013).

31/12/2014
Provisão para riscos
Trabalhistas (a)
Tribatários (b)
Total

a) **Riscos trabalhistas:** A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização). b) **Riscos tributários:** Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, de natureza tributária, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

#### 17. RECEITA DIFERIDA

A receita diferida é apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato com as lojas, estipulado em dez anos, a partir de Setembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da receita diferida é de R\$43.333, sendo R\$5.000 no passivo circulante e R\$38.333 no passivo não circulante (R\$48.333, sendo R\$5.000 no passivo circulante e R\$43.333 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013), com apropriação mensal para o resultado de R\$417.

#### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social da Concessionária em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.215.559, sendo totalmente subscrito e integralizado (em 31 de dezembro de 2013 era R\$ 1.215.559). Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Capital	Ações ordinárias	%
619.935	613.872.757	51
595.624	589.799.316	49
1.215.559	1.203.672.073	100

Em 4 de abril, 8 e 9 de julho, 12 de agosto e 14 de novembro de 2013 foram integralizados os montantes de capital R\$189.983, R\$239.700, R\$230.300, R\$69.819 e R\$132.425, respectivamente. O aporte de capital foi proporcional à participação acionária. O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da lei das sociedades por ações. Em reunião realizada em 28 de abril de 2014 o Conselho de Administração da Concessionária deliberou a destinação dos dividendos apurados no exercício de 2013, no montante de R\$27.464, para constituição de reserva de lucros. b) **Reserva de retenção de lucros:** Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$2.393 foi destinado à reserva de retenção de lucros retidos para investimento, com base em orçamento de capital preparado pela Administração e aprovado em Assembleia de acionistas. c) **Reserva legal:** Do lucro líquido do exercício de 2013, o montante de R\$ 5.782, após a dedução dos prejuízos acumulados, antes de qualquer outra destinação, foi destinado à constituição da reserva legal e não excedeu 20% do capital social. d) **Dividendos:** Em 31 de dezembro de 2013, o dividendo mínimo obrigatório foi calculado como segue:

Lucro líquido do exercício	127.208
Absorção de prejuízo acumulado	(11.569)
Constituição de reserva legal (5%)	(6.782)
Base para determinação do dividendo mínimo obrigatório (25%)	109.857
Dividendos a pagar	27.464

31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	575.620
Receita de aeronaves e passageiros	277.465
Receita de armazenagem e capatazia	853.085
Total da receita operacional bruta tarifária	891.435
Cessão de espaço	19.180
Outros	19.180
Total da receita operacional bruta não tarifária	910.675
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.763.760
Deduções da receita bruta	(187.866)
PIS	(28.997)
COFINS	(133.560)
ISS	(17.908)
Cancelamentos e devoluções	(7.021)
Receita líquida de serviços	1.576.274
Receita de construção	1.381.189
Receita operacional líquida	2.957.463

31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	575.620
Receita de aeronaves e passageiros	277.465
Receita de armazenagem e capatazia	853.085
Total da receita operacional bruta tarifária	891.435
Cessão de espaço	19.180
Outros	19.180
Total da receita operacional bruta não tarifária	910.675
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.763.760
Deduções da receita bruta	(187.866)
PIS	(28.997)
COFINS	(133.560)
ISS	(17.908)
Cancelamentos e devoluções	(7.021)
Receita líquida de serviços	1.576.274
Receita de construção	1.381.189
Receita operacional líquida	2.957.463

31/12/2014	31/12/2013
Custo de construção	1.342.394
Depreciação e amortização	585.500
Materiais, energia elétrica e serviços	312.852
Pessoal e encargos	214.016
Outorga variável	185.065
Marketing e venda de serviços	3.409
Custo dos serviços prestados	2.643.236
Custo de construção	1.342.394
Despesas gerais e administrativas	206.009
Total	2.643.236

31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras	45.696
Juros sobre aplicações financeiras	4.883
Varição monetária	3.636
Outras receitas financeiras (*)	54.215
Despesas financeiras	(472.050)
Atualização monetária sobre outorga fixa	(44.718)
Juros sobre debêntures	(142.934)
Juros sobre empréstimos	(3.488)
Comissões e despesas bancárias	(2.052)
Outros	(665.242)
Total	(611.027)

(\*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na nota explicativa nº 15.

#### 21. RESULTADO FINANCEIRO

31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras	45.696
Juros sobre aplicações financeiras	4.883
Varição monetária	3.636
Outras receitas financeiras (*)	54.215
Despesas financeiras	(472.050)
Atualização monetária sobre outorga fixa	(44.718)
Juros sobre debêntures	(142.934)
Juros sobre empréstimos	(3.488)
Comissões e despesas bancárias	(2.052)
Outros	(665.242)
Total	(611.027)

(\*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso.

#### 22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera em um único segmento "concessão aeroportuária" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. Em 31 de dezembro de 2014 os clientes Duty e TAM representavam mais de 10% do faturamento da Concessionária.

#### 23. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014 a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial.

**Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa**

1. Obrigação de benefício definido	1.036
2. Valor justo do ativo do plano	1.855
3. Situação financeira do plano	(819)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	819
5. Passivo/(Ativo) líquido	-

**Principais premissas atuariais**

Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	
1. Taxa nominal de desconto	12,04%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	7,61%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,50%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	0,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	19.5456
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19.5456
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	19.5456

**Estatísticas dos participantes**

1. Data-base do cadastro	31/12/2014
2. Ativos e Autopatrocinados	155
a. Quantidade	9.018
b. Folha anual dos salários de participação	58
c. Salário de participação médio anual	39,80
d. Idade Média (anos)	1,40
e. Tempo de serviço médio (anos)	1,40

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2014 a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

#### 24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.400.000	24/05/2014	24/05/2015	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2014	24/05/2015	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	956.328	04/06/2014	04/06/2015	BTC Pactual/Austral
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	21/03/2014	24/05/2015	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	52.793	01/01/2013	01/01/2015	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2014	08/08/2015	Royal & Sunalliance

(\*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

#### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e acesso de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/12/2014		Total
	Valor justo	Custo Amortizado	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	-	232.110
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745
Contas a receber	-	208.618	208.618
Partes relacionadas	-	17.713	17.713
Total do ativo	277.855	226.331	504.186
Passivos			
Fornecedores	-	72.218	72.218
Partes relacionadas	-	22.216	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.480.453	2.480.453
Debêntures	-	644.718	644.718
Concessão de serviço público	-	12.039.828	12.039.828
Total do passivo	-	15.259.433	15.259.433

Instrumentos financeiros	31/12/2013		Total
	Valor justo	Custo Amortizado	
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	622.854	-	622.854
Contas a receber	-	168.083	168.083
Total do ativo	622.854	168.083	790.937
Passivos			
Fornecedores	-	176.398	176.398
Partes relacionadas	-	17.721	17.721
Empréstimos e financiamentos	-	1.834.568	1.834.568
Debêntures	-	11.898.303	11.898.303
Concessão de serviço público	-	13.926.990	13.926.990
Total do passivo	-	15.853.980	15.853.980

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos. a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos:** Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alterações de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: # Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745	-
Total	277.855	232.110	45.745	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.480.453	-	2.480.453	-
Debêntures	644.718	-	644.718	-
Concessão de serviço público	12.039.828	-	-	12.039.828
Total	15.164.999	-	3.125.171	12.039.828

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	622.854	-	622.854	-
Contas a receber	622.854	-	622.854	-
Total	1.245.708	-	1.245.708	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	11.898.303	-	1.834.568	-
Debêntures	11.898.303	-	1.834.568	-
Concessão de serviço público	13.732.871	-	-	11.898.303
Total	13.732.871	-	1.834.568	11.898.303

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos tem seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. • Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros não mensurados a valor justo". • Concessão de serviço público: Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas. As operações da Concessionária estão sujeitas aos riscos de risco abaixo descritos: A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de risco de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária. b) **Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Concessionária mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6. c) **Risco de gestão de capital:** O objetivo principal da administração da administração de capital da Concessionária é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Concessionária administra a estrutura do capital e a ajuste considerando as mudanças nas condições econômicas.

Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	72.218	-	-	-	72.218
Debêntures	244.316	601.240	860.130	4.377.639	6.083.325
Concessão de serviço público	42.780	199.247	337.553	907.777	1.487.357
Total	993.184	2.168.263	2.433.301	23.296.546	28.891.294

e) **Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros:** A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras. Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o